



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

FL. 233

### ATA 06/2023

*Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e quarenta e um minuto realizou-se no Auditório da Junta de Freguesia da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por Pedro Miguel Pinto Marques e secretariada pela 1ª. secretária Teresa Alexandra Santos Ferreira e pelo 2º. Secretário Edmundo José Couto Barbosa. -----*

*Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores: Maria Celeste Ferreira Cardador, Anabela Delgado Zarro Balau, José Carlos Pereira, José Alexandre Serra Sales, Pedro Miguel Pinto Marques, João Pedro Azevedo Pessa, Ricardo Jorge Batista dos Santos, João Nunes Vieira, Ricardo António Mafra Germano Esgaio e Teresa Alexandra Santos Ferreira - **eleitos pelo Partido Socialista**; Tânia Gandaio da Silva, Cândida Maria Coelho Cavaleiro de Sousa, António Absalão Ova dos Santos, Maria Helena Rodrigues Vaz, Nuno Filipe Figueiredo dos Santos, Susana Dinis Gonçalves, Edmundo José Couto Barbosa - **eleitos pelo Partido Social Democrata**; Lara João Engenheiro Maranhão; Vasco Frederico Pires de Sousa e Samuel António Constantino Fialho - **eleitos pela Coligação Democrática Unitária**; Telma de Jesus Laborinho Ferreira – **eleita pelo Bloco de Esquerda**; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, Nazaré, e Elsa Margarida Oliveira Lino Nascimento, representante legal do Senhor Presidente de Freguesia de Valado dos Frades. -----*

***Solicitaram a substituição os Senhores: Samuel Oliveira (CDU); Carla Abegão (PS); Carolina Pires Silva (PS); Valter Soares (PS); Sílvia Gomes (PS); Daniel Meco (PS);***

Rui Venâncio (PSD); Margarida Espadana (PS); Sara Vidal (CDU) José Ramalhal, Presidente da Assembleia Municipal. -----

Esteve presente o executivo camarário, composto pelos Senhores Walter Chicharro, Regina Matos, Orlando Rodrigues, Maria de Fátima Duarte, Paulo Jorge Reis e António Manuel Caria dos Santos. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

**Procedeu-se à eleição da substituição do Senhor Presidente Ramalhal e dos dois secretários – Valter Soares e Carolina Silva, que pediram a sua substituição, justificando a sua ausência.** -----

- Foi apresentada uma lista única: Presidente Pedro Marques; 1.ª Secretária Teresa Ferreira e 2.º Secretário Edmundo Barbosa. A lista obteve 17 votos SIM – 2 votos NÃO e 5 ABSTENÇÕES. A mesa foi eleita por unanimidade. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques, que em substituição do Senhor Presidente da Mesa, proferiu algumas palavras:** -----

- Cumprimentou todos e disse que, houve necessidade de se fazer uma composição da Mesa, em regime de substituição, porque todos os elementos da Mesa, solicitaram a sua substituição, e justificaram devidamente o seu pedido, tendo de ser eleita uma nova Mesa, composta por ele, pelo Edmundo Barbosa, como 1.º Secretário e pela Teresa Ferreira, como 2.ª Secretária. Aproveitou, em nome da Mesa, e de todo o Órgão Autárquico, para desejar um bom trabalho e desejou as melhoras ao Senhor Presidente da Assembleia José Ramalhal. Solicitou a compreensão de todos, porque ninguém da Mesa executou essas funções, na eventualidade de surgirem alguns lapsos. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

- **O Senhor Deputado Samuel Fialho, da CDU,** propôs a inclusão de duas propostas para a Ordem do Dia: -----

1 - Eleição de 1 representante da Assembleia Municipal da Nazaré, na Comissão alargada da CPCJ da Nazaré: -----

“Proposta: O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré apresenta para discussão e votação a seguinte proposta: Verificando-se nos documentos relativos à correspondência recebida pela mesa da AMN, existir o envio de um E-mail, com data de Julho, dirigido ao presidente da AMN pela membro desta assembleia eleita em representação deste mesmo órgão para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, CPCJ da Nazaré, informando da sua indisponibilidade para continuar a fazer parte da comissão alargada do dito organismo para a qual foi eleita. Entende a CDU que o assunto é demasiado importante para se deixar atrasar o preenchimento da vaga, devendo por isso ser resolvido com a brevidade que a situação requer, dado que a referida comissão deve estar completa em todos os seus órgãos dirigentes e de consulta. Assim sendo, os eleitos pela CDU na AMN, constatando que não foi introduzido qualquer ponto nesta sessão que aborde a eleição de um substituto para a anterior eleita e, porque entendemos a responsabilidade que é fazer parte daquela comissão ainda mais em representação da Assembleia Municipal, propõe-se o seguinte: -----

1 – Acrescentar um novo ponto na Ordem do Dia desta sessão, que terá o número 5, com o título, - Eleição de um representante da AMN na Comissão Alargada da CPCJ da Nazaré; 2 – Promover a discussão e deliberação desta proposta e, se aceite, dar seguimento no momento certo ao proposto no número 1; 3 – Que no ponto 5 desta sessão se proceda à eleição do representante deste órgão para a comissão alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Nazaré. Se aprovada deve ser enviada informação da eleição e motivo para a mesma, à referida CPCJ e ao executivo municipal para o devido conhecimento. Nazaré, 12 de setembro de 2023 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré.” -----

*A inclusão do ponto foi aprovada por unanimidade. -----*

*2 – Projeto de alteração ao Regulamento Municipal de atribuição de bolsas de estudo a alunos da Nazaré no Ensino Superior. -----*

*“Proposta: O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré apresenta para discussão e votação a seguinte proposta: Tendo sido aprovado por unanimidade na reunião de Câmara Municipal de ontem, dia 11 de Setembro, o projecto de alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior da Nazaré, tal como se apura na cópia de parte da Acta da dita reunião junta ao processo, vêm agora os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal da Nazaré, para que não se atrase o início do procedimento a que alude o referido regulamento, apresentar a seguinte proposta: Tal como referido antes, é necessário que se inicie atempadamente todo o procedimento conducente ao escrutínio das candidaturas para atribuição do valor das bolsas de estudos aos estudantes no ensino superior residentes na Nazaré. Nesse sentido, e dada a alteração promovida pelo executivo ao regulamento em vigor, é necessária a deliberação do órgão Assembleia Municipal para que tal regulamento tenha eficácia externa. Mas, isso, só pode acontecer sem necessidade de se marcar uma sessão extraordinária deste órgão para obter tal deliberação, se acontecer uma alteração à ordem do dia desta sessão. Assim sendo, e tal como foi informado pelo vereador da CDU ontem presente na reunião de câmara e, aparentemente, aceite por todos os vereadores e presidente, propõe-se o seguinte: 1º. – Que seja autorizada a introdução de um novo ponto na ordem do dia da presente sessão da Assembleia Municipal, que terá o número de ordem 6, e título, - Projecto de Alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos da Nazaré no Ensino Superior -, discussão e deliberação. 2º. - Promover a discussão e deliberação desta proposta e, se aceite, dar seguimento no momento certo ao proposto no número 1; 3º. – Que a deliberação obtida nesta assembleia seja enviada à Câmara Municipal para conhecimento e o seguimento necessário. Se aprovada deve ser enviada informação da deliberação, ao executivo municipal para o devido conhecimento e*

encaminhamento. Nazaré, 12 de setembro de 2023 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré” -----

A inclusão do ponto foi aprovada por unanimidade. -----

## **1. ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE MAIO DE 2023 – Apreciação e votação**

Aprovada, por unanimidade. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na referida sessão. -----

## **2. LEITURA DO EXPEDIENTE**

Tomado conhecimento. -----

## **2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:**

- *Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que cumprimentou todos e desejou as melhoras do Senhor Presidente da Mesa, José Ramalhal, e desejou uma boa sessão de trabalho a todos, e fez uma intervenção, que aqui transcreve: -----*

*“A título de rescaldo de uma época de Verão que se terá sido muito boa para quem vive do Turismo, que são muitos, no entanto, há muito a melhorar para os que cá residem no concelho e que não vivem deste sector. -----*

*Na verdade a bancada que represento, mantém-se preocupada com o futuro da Nazaré e muito embora todo o “Circo” montado com “Balhes e Enganos” nesta época de Verão, a Realidade é outra e o que continuamos a verificar um verdadeiro CAOS nestes 2 meses, motivado pela falta de estacionamento e o desespero dos turistas e dos*

*municípios que cá residem, juntando ainda o - estado deplorável de inúmeras vias principais desta vila - que é o caso da Sub-Vila e de todas as ruas que convergem com ela, - da constante a falta de água (principalmente no sítio), e da continua falta de planeamento de obras municipais. Já não bastava o estado em que deixaram a Sub-Vila que ainda decidiram realizar obras para a implantação da estátua numa rotunda de acesso à praia no dia 1 de agosto para maior desespero de todos! -----*

*Na verdade, somos uma terra abençoada por uma grande beleza e com uma cultura ímpar, com as suas gentes e culturas, conhecidas por gostar de receber, e por uma gastronomia de excelência, num concelho tão rico que se divide entre o Mar e o Campo, precisamos de o conservar e saber criar condições para quem nos visita e quem cá vive, goste da sua terra e tenha orgulho na sua identidade. -----*

*Há problemas que urgem ser solucionados e melhorados e pretendemos estar cá para os identificar e ser capaz de apresentar soluções, e é isso que temos feito nos diferentes órgãos competentes que estamos representados. -----*

*O Trânsito continua caótico na vila da Nazaré, grande parte pelo facto de a Avenida Vieira Guimarães passar apenas um sentido o que indubitavelmente veio afetar toda a circulação na vila, pondo, em nosso entender, até em causa o rápido acesso dos meios de socorro a quem deles precisa nesta época balnear e não só, sendo recorrentes a necessidade destes meios recorrerem aos passeios para poder aceder aos locais mais rapidamente, atendendo o estreitamento da via e a falta de corredores de acesso. -----*

*Os parques de estacionamento supostamente gratuitos, que nunca chegaram a aparecer, e outros que foram arrendados com os dinheiros dos nossos impostos, acabaram por ser explorados por terceiros, também devido á falta de supervisão de quem os criou! -----*

*Há sinais de trânsito partidos e buracos em muitas vias de circulação por todo o concelho e até tivemos até esgotos a céu aberto! -----*

Fl. 236  


*Tivemos casas de banho publicas que, ou são gratuitas, e estiveram impróprias a uso (também devido á falta de limpeza constante e também pelo mau uso das pessoas) ou são pagas e estiveram demasiado tempo fechadas como é o caso daquelas que estão junto ao Mercado do Sitio. -----*

*Mantemos a falta de mobilidade em várias ruas com a coerciva ocupação da via publica com estruturas fixas e outras amovíveis que praticamente não deixa espaço para os peões passarem, nomeadamente em ruas como a Rua das Traineiras e Rua Branco Martins, entre muitas outras. -----*

*Obras estruturantes para o Concelho, como o arranjo da Ladeira do Sítio, a estrada do Farol, o arranjo do Mercado Municipal, ou mais espaços de estacionamento, tardam e outras não avançam sob a justificação de que não existe dinheiro para tal, quando continuamos a ver milhares de euros gastos em eventos desportivos em épocas altas, viagens, jantares, e tantas outras coisas que não consideramos prioritárias, como em gastos, na nossa humilde opinião desnecessários, com contratações de pessoas que em pouco ou nada acrescentam valor ao nosso município – como foram as 2 contratações de 7.500€ cada, ou seja 15 mil euros para 2 pessoas virem colaborar na realização das Festas do Sitio e Festa do Mar, sendo que as Festas do Sitio segundo informação dada na última reunião de câmara, as mesmas custaram 147.500 € de dinheiros públicos, sendo que, pensamos que o investimento realizado deverá ser melhor repensado, talvez pelo gabinete de eventos que já têm formado e reforçado por tantos outros trabalhadores com experiência (já nos quadros) na realização destes eventos por largos anos e, com melhores resultados com certeza. -----*

***Aliás, gostaríamos de saber ao nível de apoios de bar (junto dos concertos), se eram de empresas da Nazaré e/ou se foram convidadas algumas empresas da Nazaré?***

*Soubemos da sua ida recente à Polónia para participar num Fórum económico, gostaríamos de saber qual a comitiva que lá foi representar o município, quais as contrapartidas esperadas desse evento para a Nazaré e **quais os gastos realizados?***

*Aliás, pretendemos que nos seja enviado a atualização dos gastos do executivo em viagens e ajudas de custo. -----*

*Pretendíamos saber o estado das seguintes situações: -----*

*Do processo do **Promontório** qual o ponto de situação? -----*

*Sobre os **quadros eletrónicos** para os pavilhões que se falou ser urgente adquirir se já foram adquiridos? -----*

*Sobre o início do novo depósito de água da Nazaré, qual o ponto de situação e gostaria de saber sobre se **prevêem a demolição do antigo depósito de água (junto às antigas escolas do sítio) -estão lá 2 refiro-me ao mais pequeno que está em elevado estado de degradação.** -----*

*Obtivemos a informação de que há inúmeras pessoas a ser notificadas pela NazareQualifica de autuações por infrações de estacionamento passadas à já alguns meses ou anos, e apesar das explicações dadas na última reunião de câmara, gostaríamos de saber do Sr. Presidente da NazareQualifica, do ponto de situação, se já há contabilização dos valores já arrecadados, quantos são os devedores a ser autuados e se poderá fundamentar a título legal o aumento dos valores das coima e o prazo prescricional para a sua cobrança? -----*

*Sobre o início do ano escolar e ao caos na entrada/saída da Escola Amadeu Gaudêncio nos horários de entrada dos alunos no parque - onde foi realizada a feira, - ponho a questão se consideram se não seria viável criar uma saída p.ex. junto à casa lá existente (do Zé Artur) de modo a que o trânsito fluísse melhor? -----*

*Gostaria de saber também, na sequência daquilo que já questionamos noutra assembleia, se já há mais alguma previsão ou data para intervenção na estrada do Casal Mota cujas bermas estão muito escavadas e perigosas para quem circula naquela artéria – que continua com os 2 sentidos e que põe em perigo os automobilistas que lá transitam. -----*

*Por último,*



*Recebemos no dia de hoje, resposta sobre algumas questões já solicitadas anteriormente - algumas há mais de 6 meses, - as quais agradeço – no entanto, não posso deixar de referir, que algumas foram respondidas repetidamente, outras estão respondidas parcialmente, havendo ainda assuntos aos quais irei pedir esclarecimentos, sendo que agradeço a vossa resposta por escrito de V.<sup>a</sup> Exas. nomeadamente quanto à **Contratação Pública – que pedi dos últimos 3 anos e responderam-me ajustes diretos do 1.º semestre;** -----*

*- Relativamente às **quotas para pessoas com deficiência**, apenas a Câmara respondeu o numero de pessoas existente naquele órgão, sendo que gostaria de saber dos 8 funcionários que mencionam, quantos foram admitidos nos últimos 10 anos e em que sectores estão colocados; sendo que **ficou ainda em falta o n.º em relação à NazareQualifica e Serviços Municipalizados – e ficou a faltar o regulamento do ascensor que solicitei, caso exista.** -----*

***Continuou a faltar:** -----*

*- **Os contratos de arrendamentos efetuados a particulares para parques de estacionamento este verão. Muito obrigado. Queremos mais e melhor...O Concelho da Nazaré merece!** “ -----*

*- **Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira, que cumprimentou todos e desejou as melhores ao Senhor Presidente Ramalhal, pessoa por quem tem muita estima e consideração. Enalteceu, a faculdade que é essencial para se ter enquanto pessoa que assume a presidência de uma mesa, ao saber ouvir, alguns erros, algumas falhas, que depois se sobrepõem ao que pode falhar. Quis, mandar um agradecimento pela atitude, que teve durante os seus mandatos, como Presidente desta Assembleia, porque nunca ouviu a destratar ou a desrespeitar, as forças contrárias, à maioria que ele na verdade representa. Que, sempre foi uma pessoa, do seu ponto de vista, imparcial, e sempre soube valorizar as sensibilidades das diferentes forças partidárias. Desejou-lhe muita força, neste momento complicado.** -----*

## ***1 – Recomendação BE***

***“Para responder à falta de habitação digna, com rendas acessíveis, atualizar a Estratégia Local de Habitação”.*** -----

*“A habitação é um direito humano por concretizar, também na Nazaré.* -----

*Na sequência do Projeto de Resolução do BE de 7 de julho de 2016 (que defendia a aprovação dum novo Programa Especial de Realojamento - PER) e da Resolução da Assembleia da República n.º 48/2017 de 20 de março, que propunha a criação dum novo programa de apoio público a soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas, foi publicado o Decreto-Lei n.º 37/2018 que criou o*  
***1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.*** -----

*Para dar execução local ao 1.º Direito, o município da Nazaré elaborou em 2020 a Estratégia Local de Habitação (ELH) com respostas habitacionais para 67 agregados familiares que viviam em situações indignas (sem casa, sem abrigo, em barracas ou em sobrelotação). Anteriormente, no “Levantamento nacional das necessidades de realojamento habitacional” concluído em fevereiro de 2018, o município da Nazaré, como infelizmente muitos outros, tinha indicado apenas 28 famílias a realojar, um número claramente inferior às necessidades de realojamento habitacional.* -----

*Passados mais de 6 anos da aprovação da lei, é forçoso reconhecer o atraso inadmissível na concretização dos objetivos estabelecidos na ELH da Nazaré, no sentido de garantir que em 2024 irão estar erradicadas do município da Nazaré as situações de habitação indigna.* -----

*A lei do 1.º Direito, para além de reconhecer o papel central da habitação para o desenvolvimento humano e da vida em comunidade, estabeleceu também como meta aumentar de 2% para 5% o parque habitacional público, o que significaria um acréscimo de 180.000 fogos aos 120.000 alojamentos sociais existentes no país. Também neste objetivo tão importante, o Executivo municipal da Nazaré está a falhar. Dos 85 fogos sociais existentes, que representam apenas 0,64% dos 13.119 alojamentos*

#

9

da Nazaré, a Estratégia Local de Habitação aprovada propõe-se aumentar para 124 os fogos sociais no município, passando a representar 0,94% de todo o parque habitacional da Nazaré. -----

A situação de carência habitacional está a agravar-se, sem se vislumbrar as respostas adequadas. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré reunida a 12 de setembro de 2023, recomenda ao executivo Municipal: -----

- Que sejam alargados os objetivos, atualizado o cronograma temporal de execução da ELH e tomadas todas as medidas necessárias para garantir a concretização da resposta habitacional necessária à população do concelho da Nazaré. A representante do Bloco de Esquerda, Telma Ferreira”. -----

- Quando finalizou a leitura da Recomendação, questionou o Senhor Presidente sobre o ponto de situação da reanálise da dívida da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Nazaré, aos Serviços Municipalizados? -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Samuel Fialho**, que felicitou o Presidente da Mesa, Pedro Marques e desejou as melhoras do Senhor Presidente Ramalhal e que a CDU está solidária com ele. Quis fazer uma saudação especial a todos os Municípes presentes e aos que acompanham online. -----

“Determinação, consiste em nunca abandonar um objetivo, mesmo que por vezes depois de auscultar os diferentes atores num determinado processo, tenhamos que redesenhar o plano inicial com o qual metemos os pés ao caminho. Esta forma de encarar a vida, das suas mais diversas dimensões, tem por base a sensibilidade, o bom senso, a abertura, uma visão democrática do mundo e de uma ampla vontade de inclusão. Teimosia, consiste em nunca abandonar um objetivo, mesmo que ele se revele contraproducente e ilusivo para os interesses das populações. É dar o passo em frente na ponta do abismo, não ouvindo ninguém, não percebendo os benefícios que incluía todos aqueles que querem entrar nas tomadas de decisão, de consensualizar posições,

*de fazer pontes e de retirar o melhor que as pessoas têm, para dar numa qualquer comunidade, que se quer democrática, participada e progressista. É com esta inabalável teimosia, que este executivo do PS, segue, rumo a um qualquer destino, que nem os próprios responsáveis, sabem qual é! Ou melhor, saber sabem, faltar é saber, o que é melhor para eles, é melhor para a maioria da população. É com esta inabalável teimosia que insistem num modelo de desenvolvimento socioeconómico, que excluiu muito mais do que integra, degrada, muito mais do que constrói torna complexo, o que deveria ser simples, correto e transparente, a contento do verdadeiro interesse público. Foram-se distraíndo com viagens à volta do Mundo, querendo importar o que não se afigura importável, nem tão pouco aplicável à realidade e especificidade locais – recordamos o estranho caso do Zipline, travado pelas forças populares. A desorientação governativa é uma clara evidencia e a estrutura rosa do plano local entreabre-se esplendorosa, desmembrando-se em tantas pétalas, quanto aquelas que conseguimos contar, desagregadas, conflituosas, antropofágicas, vampirizam-se, tentando alcançar uma prateleira dourada, sempre em busca de vantagens, mas apenas para si. Quanto às condições de vida, e de trabalho das populações, isso depois se verá! É este o pensamento dominante no interior das cabeças que tanto têm degradado a nobre ação de fazer política e de gerir a coisa pública. Entender a atividade e intervenção política como um espetáculo mediático, permanente, com múltiplos palcos, com o seu serviço pago por todos nós, ou como um conto messiânico daqueles que se dizem capazes de ser as mais redondas formas de vida, é degradar a política à condição de " política lixo". Fazer juras de amor a uma terra que se desconhece, para justificar uma qualquer intenção de regresso, fazendo deste capital político, o que dizer então o que dizer daqueles que nunca a abandonaram e que estiveram sem arredar pé para defender as populações. Por outro lado, ainda há aqueles que acreditam que a população do Concelho, se deixa adormecer por contos de fadas. Esses julgam que do dia para a noite, as pessoas passam a acreditar, que todos aqueles que foram cúmplices das políticas erradas, levadas a cabo, durante as últimas décadas, de repente passem a ser a maior força da oposição ou de salvação e que nunca jamais em tempo algum,*

*foram leis a quem apenas, agora já desprezam! Assistiremos, brevemente, a mais tristes e agonizantes cenas destes lamentáveis episódios, só precisamos de estar muito bem atentos, para não nos deixarmos embalar. Fim de mais um verão, e concluímos que o caos anunciado pela CDU em tempo de vida, infelizmente concretizou-se – o trânsito uma lástima, o estacionamento uma desgraça, soluções sempre em cima do joelho, poluição sonora e visual por todo o lado, uma alucinante sobreposição de atividades; a Sub-Vila, costurada como uma bola de basebol, com as pessoas a lamber o pó, nas tostas mistas, a espirrar compulsivamente com muitas esfoladelas, entorses e torcicolos, para além dos olhos enevoados pelo pó e pelas condições indignas em que se encontrou durante todo o verão, uma das principais artérias da nossa terra. Uma verdadeira loucura, um absurdo do ponto de vista da gestão política do nosso território e naturalmente isto tem responsáveis, única e exclusivamente o executivo do PS. Passando um autêntico atestado de incompetência ao Gabinete de Eventos do Município, este executivo promoveu uma solução externa para a concretização das festas do Sítio, e mais uma vez se concluiu que não é apenas despejando dinheiro para cima das iniciativas que fazem com que estas tenham sucesso. Tem de haver planeamento, sobre o que se quer fazer e com quem se quer levar os projetos por diante. Assim, se evitariam também as cenas pouco dignificantes, que causaram um problema de saúde pública que levou algumas pessoas a receber tratamento médico de urgência no hospital de Alcobaça, aparentemente causadas por uma insuficiente higienização na estrutura da zona da Bonarte, situação que levou a que o hospital alertasse para um problema de saúde pública, que estaria a acontecer ali, dada a quantidade de pessoas que ocorreu num curto espaço de tempo, algumas recebendo até, pulseira laranja. Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a questão central é esta - sem ligação ao movimento associativo local sem envolver a comunidade, podem atirar o dinheiro que quiserem para estas festas que nunca vai resultar e que este ano foi mais um evento falhado de organização, programação e de ordenamento lógico do recinto. Para colmatar este teatro do absurdo, distraído com as luzes das insignificâncias da vida, como é natural, esquecem-se daquilo que realmente importa – no dia 3 de setembro de*

1973, inaugurou-se oficialmente o Porto de Abrigo da Nazaré. Desta forma completaram-se 40 anos sobre esta importante efeméride. Quatro décadas volvidas sobre a abertura oficial desta estrutura desesperadamente ambicionada pela comunidade local. Quatro décadas volvidas, sobre a inauguração de uma estrutura pela qual lutaram muitas dezenas de filhos desta terra, entre outros que, mesmo não sendo nazarenos, deram o melhor de si para que este desígnio fosse uma realidade. Uma realidade pela qual a comunidade, principalmente a comunidade piscatória, lutou por quase 100 dolorosos anos de avanços e recuos, de promessas e desilusões, de sonhos e de frustrações. Um processo verdadeiramente traumático e decisivo para o rumo que este Concelho acabou por seguir. Por entre várias banalidades e prioridades trocadas, esta data, ao que parece, passou completamente despercebida às entidades oficiais locais, por inacreditável que nos possa parecer. -----

- Hoje, a comunidade local, herdeira dessas lutas e movimentos organizados pela construção do Porto da Nazaré, está completamente arredada do ponto de vista da análise, discussão e opinião sobre o desenvolvimento estratégico do nosso Porto, porque não há espaço de debate, reflexão e intervenção coletiva quanto a esse propósito. O destino do nosso Porto, está hoje reservado às elites, económica e política, de uma terra que querem de elite. A consulta popular, para quem nos governa, deixou de fazer sentido! Quarenta anos volvidos após uma das maiores conquistas para o Concelho, para os trabalhadores do mar e atividades conexas, e nem uma linha, um debate, uma exposição, uma conversa, uma projeção de vídeos e depoimentos...nada! Lembramos que a CDU, apresentou uma proposta na Câmara Municipal que foi aprovada por unanimidade, que consistia em relembrar, valorizar e projetar os verdadeiros construtores deste sonho, diversas vezes adiado, que foi o Porto da Nazaré. Não acentuar a memória das grandes conquistas de um povo, é quererem dar um sinal inequívoco no tempo em que vivemos, que a luta e a ação coletiva das populações em torno de dum desidrato comum, não faz sentido, mas também aqui se enganam, como sabemos quem não cuida da memória, tende a não saber como consolidar o presente,

*nem como estar sempre incapaz de projetar o futuro, sólido e democrático e verdadeiramente integrado e participado pelas populações. A CDU demonstra aqui o seu lamento e a sua mais profunda indignação tendo em conta este súbito desinteresse e completo esquecimento manifestado sobre tão importante data, repudiando o rumo que este Município leva. Nós estaremos sempre aqui, seja qual for a condição para defender as populações e os legítimos interesses dos nossos Municípios, dos nossos munícipes, para um futuro de igualdade, fraternidade, justiça e progresso". -----*

*- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões solicitadas: começou por cumprimentar todos e quis aproveitar o balanço das bancadas, deixar votos de rápidas melhoras e de um forte abraço companheiro e amigo José Ramalhal. -----*

*- À questão colocada, se os bares de apoio ao palco, se algum seria da Nazaré ou se tinham sido convidados, confessou que não tinha essa informação, mas que irá questionar e eventualmente depois comunicar. Que a comitiva que foi ao Fórum Económico, foi somente ele, e sobre os gastos terá de perguntar, se é que foi paga a viagem e que terá de perguntar se existiu outro tipo de despesas. Que, sobre o retorno não consegue precisar sobre o mesmo, e que será importante perceber que o Fórum em causa, é realizado há muitos anos e que tinha em cima da mesa, vários assuntos, palestrantes e convidados de todo o mundo e que tinha um conjunto de empresas presentes, nomeadamente polacas, onde estava por exemplo, uma portuguesa que é detentora de um supermercado na Polónia. Que o convite chegou da parte deles, e que não houve qualquer tipo de contacto do Município para estar presente, mas acharam ser relevante e importante estar presente. -----*

*- Que, sobre o Promontório, e se a questão tem a ver com o Largo Nossa Senhora da Nazaré, disse que não existem muitos desenvolvimentos, mas que soube que foram feitas algumas escavações/investigações no Promontório. Deu nota que aquilo que está previsto para a zona do Ascensor, será o retorno de trabalhos na próxima semana. ---*

- Sobre os quadros eletrónicos, disse que a partir do momento que foi recusada a solução que foi apresentada, só existe a solução de os comprar e ponderar essa compra em próximos orçamentos. -----

- Que, o novo depósito está em marcha a sua construção e que se prevê que entre o final do ano e o primeiro trimestre de 2024, que ele esteja concluído e que reuniu hoje, o Conselho de Administração, com os técnicos dos Serviços Municipalizados do setor das Águas, mas também com o Chefe de Divisão da Divisão de Obras Municipais e Ambiente, da Câmara, para perspetivar, uma coisa que é determinante, que serão as condutas de ligação do depósito e para ter a água necessária em termos de abastecimento e foram tomadas decisões que terão resultados no final deste ano e o início do próximo, nomeadamente da construção das condutas que terá de ser realizada por administração direta, por parte dos serviços, e verificar a possibilidade de manter o depósito antigo. -----

- Que, sobre as autuações da Nazaré Qualifica, disse que, não consegue dizer o valor total, porque essa informação terá de ser recolhida junto da própria empresa, e que tem informação daquilo que são o número de avisos/coimas, são à volta de um terço, de não pagadores e que estarão a ser notificados e a cumprir com os termos legais. –

- Nomeadamente sobre a saída ao pé da “casa do Zé Artur” para o parque da escola e o eventualmente criar ali uma solução adicional, para o problema do trânsito à hora do almoço para quem vai buscar os alunos à escola, não será uma solução muito fácil. Que o Gabinete de mobilidade, tem vindo a ponderar alternativas, mas que não existem muitas! Que, a sugerida, criará problemas adicionais, ainda maiores. -----

- Que, a intervenção em Casal Mota, tem vindo a ser ponderada, porque não pode ser feita uma simples intervenção de betuminoso, mas fazer ainda algumas intervenções adicionais, estando os serviços a avaliar. Solicitou aos serviços que vissem as respostas que não foram dadas, para que se possa responder. -----

- Que, não tem conhecimento de nenhum regulamento do Ascensor, mas que irão pesquisar. -----



- Sobre o ponto de situação dívida dos Bombeiros, disse que, está em sede de preparação, internamente, buscando alguns exemplos que existem no País de um protocolo, que venha a incluir um conjunto de questões da água que é usada para os serviços, que nunca foi cobrada, e que nunca será cobrada. Que, outras benesses que possam ser incluídas, no ponto de vista da água, será inserido no protocolo que irá à próxima reunião de Câmara. Que, será importante dizer, que o processo de execução fiscal está suspenso. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues**, que começou por dizer que também não conhece o Regulamento do Ascensor, mas que eventualmente poderá existir, e o que pode dizer é que os concursos públicos a que tem assistido quer para o Ascensor quer para a Câmara Municipal ou Serviços Municipalizados, que em todos eles existe prioridade, sendo um estatuto do Estado, e que esse critério, terá de ser salvaguardado “Critério Prioritário para Candidatos com Deficiência” , dando vantagem a quem concorre. Que, desde 2013 até hoje, não conhece esse regulamento.

- Relativamente às arribas, disse que, na passada semana, existiu uma sondagem, uma pré-sondagem por parte de uma entidade que foi contratada pela Agência Portuguesa do Ambiente, para fazer uma análise na Gruta da Ermida da Memória, em que foi solicitado, que no dia 10, se fizesse uma prospeção na Ermida, mas por causa das Festas do Sítio foi alterada a data para o dia 17 e foi feita essa proposta à Confraria e que esta encaminhou um declínio em relação a essa hipótese e que farei chegar à APA. Que, querem fazer uma sondagem com equipamento, supostamente elétrico, para se tentar perceber a dinâmica daquela gruta. Que, dia 18, se iniciam os trabalhos da frente do Ascensor, cessando funções, do dia 17 até ao dia 21.12. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que se dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara, para o questionar se em relação às cobranças das coimas da Nazaré Qualifica quando se referiu a 1/3 da cobrança das mesmas, não fez referência ao total. E em relação ao que falou sobre a questão das pessoas com deficiência, disse que não falou da integração da mesma nos concursos, mas sim a falar da Lei das

*Quotas, que sendo diferente, obriga a uma percentagem e que se verifica que não cumprem com essa Lei. **Intervio, o Senhor Vereador Orlando Rodrigues**, que disse que, não se pode ir buscar pessoas a casa – os concursos existem, as pessoas podem concorrer e as quotas existem e devem ser cumpridas. -----*

*- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho**, que quis lembrar os Senhores Deputados e o Senhor Presidente da Câmara, a proposta de se levar o trânsito ou haver uma saída junto da “casa do Zé Artur”, foi uma proposta feita pelo Vereador da CDU, em sede de reunião de Câmara e que teve aceitação por parte de todos os vereadores. **Intervio, o Senhor Presidente da Câmara** para dizer que, houve aceitação, em estudar a solução, não de aceitar e na sua opinião acha que não será muito viável ter uma saída lá em cima, porque irá criar outro tipo de constrangimentos, nomeadamente em relação à velocidade de quem vem da rotunda. **Intervio o Senhor Deputado Samuel Fialho**, para dizer que, no fundo o mais importante é se consultar os técnicos e tentar perceber e validar com eles, se essa solução será viável ou não. Que, só queria lembrar que isso foi uma proposta já há muito tempo dada pela CDU e que ainda estão à espera dessa resposta. -----*

*- **Antes De ser votada a Recomendação do BE, o Senhor Deputado Samuel Fialho**, interveio para dizer que, a CDU, que saúdam a Recomendação do BE, sendo uma preocupação da CDU, desde 2009, em que ainda há pouco tempo consultaram as suas propostas, nesse caderno eleitoral e estava lá e lembraram algumas reações obtidas nessa altura, em que os chamaram um pouco de “loucos”, porque estavam a propor soluções que no fundo tinham a ver com a inclusão de cooperativas na ajuda desta solução para este problema, que é crucial. Que, é verdade que é também uma preocupação deles e que irão por isso, votar favoravelmente. -----*

*Aprovada por maioria com a abstenção do PSD e aprovada pelos restantes membros.*

*- **Declaração de voto do PSD: (intervio a Senhora Deputada Maria Helena)***

*“Que o PSD se absteve neste ponto, porque não têm conhecimento suficiente sobre como é que está a Câmara Municipal a trabalhar esta temática e que esperam que, entretanto, ter o devido conhecimento e depois poderem discutir aqui na Assembleia e depois tomar outra posição”.* -----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**NÃO HOUVE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

### **ORDEM DO DIA**

#### **1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO – (Apreciação)**

*- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que solicitou alguns esclarecimentos sobre o documento apresentado: página 11 e relativamente aos serviços municipais, onde é referido que a paragem dos transportes urbanos do Mercado Municipal será suspensa entre 29 de julho e o mês de setembro, e que gostaria de saber se já existe previsões em relação ao dia que vai ser reposta e também às novas carreiras – linhas 4 fim-de-semana e feriados com destino a Fanhais se também já está previsto o dia. Também gostaria de salientar, e deixar um alerta, dito na página 11 e em relação ao Turismo, e não deixar de ficar orgulhosa, a Nazaré foi referida como uma pequena Vila piscatória, que passou uma marca global, segundo o Senhor Presidente da Câmara, e que a jornalista Rita Meireles, destaca no seu artigo a relevância que se continua a dar às tradições e características únicas da praia que abriu as suas portas à modernidade e investimentos que transformaram a economia local. A Nazaré mantém-se naquilo que é a sua característica fundamental, continua a ser uma vila pequena, uma tradição marítima que sabe receber, extremamente bonita e que mantém as suas tradições e característica fundamental enquanto vila, enquanto povo. Que era isto que gostava também, que se relembresse aqui, na própria Assembleia Municipal e que é isto que pretendem – que se mantenha uma Vila*

*tradicional, aberta à modernidade, mas não, como já foi dito aqui, uma outra Vila qualquer, com o se vê no Algarve, perdendo as suas tradições. Que, querem mantê-las e na questão de ser uma marca global, também! -----*

*- Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira, que sobre o ponto, quis apenas refletir sobre uma memória, e que tem graça o deputado Samuel, no ponto anterior ter falado no ano de 2009, e que também irá falar desse ano de 2009 – que na área da Ação Social, e Direitos Sociais, gostou de ver aqui, este primeiro ponto. Que, para assinalar o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, a comunidade intermunicipal do Oeste lançou uma campanha informativa sobre direitos, porque isto representa muito trabalho até se chegar ao facto deste ponto estar aqui. Que é do tempo de em 2009, apresentar na Assembleia Municipal, uma Moção pela Igualdade do Casamento entre pessoas do mesmo sexo e de essa Moção ser rejeitada, e que nem sequer entrou para discussão, nem sequer foi votada, e que muitas pessoas que rejeitaram essa Moção, estão aqui e que se lembrar-se-ão disso. Que, na altura, menos experiente, enquanto deputada do que é agora, achou aquilo inacreditável – com o é que uma Moção, pelos direitos fundamentais das pessoas, podia numa Assembleia Municipal, não ir a discussão, mas que não foi! Que, não lhe interessa estar a dizer, quem nessa altura, em 2009, nem sequer deu hipótese do ponto, entrar. Que, para si, o mais importante, é perceber, que houve uma evolução; que hoje os partidos, estão mais sólidos, mais maduros, no sentido de olhar para a realidade, e perceber a diversidade das pessoas; que compreender essa diversidade, e de respeitá-la, e que hoje é impensável, nesta Assembleia, o Bloco de Esquerda trazer uma Moção pelos direitos LGBTQIA+ e essa moção sere chumbada. Que, hoje em dia é impensável isso acontecer, nesta Assembleia Municipal da Nazaré, e que isso, para ela é que será importante. Que, houve uma evolução partidária, que houve uma evolução do nosso Regimento, que na altura em 2009 era um Regimento conservador, que dificultava o trabalho da oposição, e dificultava muito a participação da população, na casa que é a casa fundamental da democracia e que estar aqui, neste ponto, também revela, que o Bloco de Esquerda, que*

acompanhou esse caminho, sempre apresentou na Assembleia, assuntos, que abrissem as mentalidades à diferença e aos direitos LGBTQIA+, e que por isso, gosta muito de ver este ponto ali na Assembleia. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho**, que tinham algumas questões para colocar: relativamente às notícias que chegaram a público sobre a violência na noite na Nazaré, questionou o que está a ser feito, o que poderá ser feito por todos nós, para atenuar essas situações e sensibilizar as pessoas para isso, deixando esta pergunta em aberto. Que, vieram também a público, informações sobre o incomodo de alguns moradores, relativamente ao barulho causado pelas pessoas que frequentam os estabelecimentos de diversão noturna e ao que lhes parece, este ano, causaram mais perturbações do que é habitual, sendo apenas uma sensação da CDU. Que, lições aprendeu este executivo e que medidas tem planeadas para colmatar estes problemas no próximo ano. Depois que têm mais uma constatação que é quando olham para os grandes eventos deste período, todos eles altamente discutíveis, na medida em que trazem a redundância de um período que por si só já teve sempre níveis de afluência extremamente elevados. Que, aquilo que veem é uma lista com seis eventos, cinco deles a ocorrerem exclusivamente no Estádio do Viveiro Jordan Santos. Que, se houvesse dúvidas daquilo que a CDU há muito para cá afirma que este executivo aposta aqui em primeira linha, deixando o nosso território ao abandono – e aqui está um excelente indicador, trazido pelo próprio Presidente da Câmara. -----

- Que, nas últimas semanas, têm chegado à CDU queixas de vários Municípes, sendo já referido pela deputada Tânia Gandaio, mas mesmo assim queria colocar outras questões – relativamente às cartas registadas emitidas pela Nazaré Qualifica com notificações de pagamentos de coimas que reportam aos anos de 2021 e 2022 e que estas coimas são referentes à falta de pagamento dos lugares de estacionamento com parquímetros – que gostariam de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara e também na qualidade de Presidente de Gerência da Nazaré Qualifica, se confirma este procedimento e se pode clarificar quanto ao mesmo, isto é, havendo uma infração, qual

*é o processo que decorre da mesma infração e se pudesse explicitar passo a passo o que acontece e sobretudo no que diz respeito aos prazos para que pudéssemos compreender e a quem também se encontra a ouvir em casa. Ainda, se nos sabe dizer quantas infrações foram registadas, sendo que já referiu que não sabe se são 2.300 ou 3.200 entre os anos de 2021 e 2022 e que gostariam de saber qual é a taxa de regularização que se encontra pendente e em quanto tempo/média decorre desde a notificação da coima até à sua regularização e que poderá fazer chegar por escrito estes dados.* -----

*- Sobre os processos judiciais em curso, surgem dois pedidos de reposição de equilíbrio financeiro provenientes da mesma empresa – uma relativa à obra no Centro de Saúde e outra relativamente ao Centro Escolar de Famalicão – o primeiro com um valor superior a 300 mil euros e o segundo com um valor superior a meio milhão de euros e que gostariam de ser esclarecidos quanto ao teor dos mesmos.* -----

*- Que gostariam também de esclarecimento sobre o concerto do Tony Carreira na Nazaré, tendo em conta que a Câmara Municipal foi um dos parceiros desta iniciativa e questionou, se esta apoiou financeiramente o evento e se o fez qual foi o valor investido, e se apoiou logisticamente, gostariam de solicitar essa lista do apoio logístico e pedir esclarecimentos quanto ao montante financeiro que reverteu em apoio para os bombeiros – quantos bilhetes foram vendidos e a que preços.* -----

*- Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão, para solicitar alguns esclarecimentos: na informação do Senhor Presidente, na parte da cultura e do património, quis saber qual o critério dos eventos virem parar à informação? Porque, olhando para o que se passou na cultura, escapam dois eventos que não se encontram referenciados, e que gostaria de saber se foi por lapso?* -----

*- Usou da palavra o Senhor Deputado José Sales, que começou por fazer referência ao Senhor Presidente da Assembleia José Ramalhal, que por impossibilidade não está hoje presente enviando-lhe um abraço.* -----

- *Que compreende o trabalho da oposição, mas que também devem reconhecer, que no meio de tanto caos, como o que tem ouvido na sessão, que lhe dá a sensação que vive noutra Concelho. Que, percebe claramente as questões do trânsito referidas, que percebe claramente o que foi falado, e a noção que se é uma vila piscatória em tamanho pequeno e que quando se recebe uma quantidade enormíssima de pessoas, e por ser nos últimos dez anos uma marca global, por força dos executivos PS, e que quando se diz que está tudo mal, não é correto. Que, realmente há coisas que poderão melhorar. Que, uma das coisas que não está mal, e que às vezes, se calhar por lapso, se esquece que a dívida ou seja o processo de regularização das dívidas de há dez anos para cá, e em sentido crescente da mesma, é impressionante e mais uma vez a dívida é abatida em um milhão e tal, 3.8%, e que isso também é de valorizar. Que, efetivamente há caos no verão e o mês de agosto caótico e que não há solução para isto, podendo-se melhorar.*

- *Fez referência a outra coisa, que considera bem-feita e que ainda hoje se mantém que é mais uma vez o prazo médio de pagamento, aos fornecedores, que no passado eram 3000 dias e que agora são sete dias, em 10 anos! Que, apesar de todo o quadro caótico que foi “pintado” aqui numa hora, fazendo as forças de oposição o seu trabalho, mas que também se deve chegar à sessão e o que está bem feito. -----*

- *Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que quis dar algumas notas: que seria o que mais faltava, um executivo estar há dez anos no poder e não fazer coisas bem. Que, quando as coisas estão bem-feitas, que o referem e devem seguir para a frente, que é o que estão ali para fazer, para lutar pela comunidade. Que, quando o Senhor Deputado José Sales refere que, receberam uma quantidade enormíssima de pessoas e que ainda bem, isso de facto será uma conversa que se deverá começar a ter – que acha que o PS ainda não está preparado para isso, porque o paradigma deveria ser exatamente o contrário. O que os comerciantes e os empresários começam a colocar em cima da mesa, é, como se consegue receber menos pessoas, mas por exemplo dobrar o rendimento com essa diminuição de pessoas? Que, o modelo turístico que se tem, tem custos altíssimos e que propriamente não estão a ser divididos por todos. Que, os*

*problemas da Nazaré, são inegáveis e que se tem de achar soluções para eles, mas que essas soluções não podem passar sem se repensar verdadeiramente num modelo turístico ao qual foi imposto e foi devidamente discutido com os agentes económicos. —*

*- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões solicitadas: que já há algum tempo que as informações financeiras não têm sido debatidas aqui, o que por si só será um bom sinal. Sobre a questão do barulho da noite e da segurança, disse que, ao Município foram solicitadas algumas emissões de licenças de ruído, que não foram emitidas muitas, e que todos sabem que quem controla estas matérias, do ponto de vista da imposição da Lei e que por aí se fica resolvido, não deixando de dizer que essas questões os preocupam e que são com regularidade expressas essas preocupações junto das autoridades policiais e de que há de ter outro tipo de cuidado para não transformar essa situação num cenário de que não há qualquer tipo de controlo para com esses acontecimentos. Que quer acreditar, que serão casos pequenos, e que não têm propriamente o impacto de que se lhes quer dar.*

*- Sobre a questão das coimas, da Nazaré Qualifica, disse que, será um processo natural, em que o carro está estacionado e não tem ticket e quando é ultrapassado o tempo, existe alguma tolerância, quer crer que serão 10m e só depois emitido a coima, a sansão, existindo um prazo para pagamento – que em 70% dos valores emitidos há pagamento, e que dos avisos emitidos há 1/3 que não será pago e que irá para processo de contraordenação que seguirá os seus tramites legais e que os prazos são cumpridos e que a questão da prescrição até à data de envio não se coloca. -----*

*- Que o assunto sobre o teor do reequilíbrio do Centro de Saúde e do Centro Escolar, que naturalmente será uma matéria que terão que responder por escrito porque se encontra na mão da DOMA e que não conhece esses pedidos. -----*

*- Sobre o concerto do “Tony Carreira”, disse que de apoio financeiro foi zero euros, zero de apoio logístico e relativamente ao montante para os bombeiros, que não sabe dizer. Que, quando lhe apareceu um promotor com a ideia de o fazer, foi dizer que ajudariam na comunicação, emitiram uns Mupis, não numa lógica do promotor, mas*

*sim numa lógica de apoio aos Bombeiros. Que, na altura lhe foi informado, por parte do promotor, que havia a intenção de devolver à comunidade através dos Bombeiros Voluntários alguma coisa, e o que fez, foi pedir à Direção dos Bombeiros que se reunissem com os interessados e que não sabe qual o valor apurado, só sabendo de um valor que se falava antes do concerto, mas que não sabe o valor final. -----*

*- Que a Informação que vem à sessão da Assembleia, é gerada pelo Adjunto da Presidência e que habitualmente o que faz é, um levantamento, que é solicitado à jornalista de todas as notícias que foram geradas no período desde a última Assembleia até à presente, onde é feita a compilação de tudo e nessa base e que acredita que possa ter falhado algum evento. -----*

*- Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade, que quis prestar algumas informações: que o transito é uma infama parte daquilo que é mobilidade e que quando se fala de questões de transito na Nazaré, tendo em consideração a sua geografia, não existe uma solução perfeita para as coisas, mas que existe muito trabalho por parte do Gabinete para conseguir arranjar uma sinergia em que todos possam ter a melhor mobilidade, isso é feito! Que, quando se fala em mobilidade, se fala não se pode esquecer que os peões alguns são condutores, e ao se criar soluções de estacionamento, como se fez, queríamos ter arranjado mais espaços, mas que não têm espaços públicos para o mesmo, estando sempre na dependência se a particular cede ou não, para arrendamento, o que aconteceu com um dos terrenos, mas que não houve entendimento entre herdeiros, mas o que é certo, é que, se criando as soluções de estacionamento, terá de criar ao mesmo tempo acessibilidades e que se estará a fazer esforços nesse sentido. Que é um trabalho árduo, mas contínuo, mas que se continuará a fazer. Que, depois de as soluções terem sido apresentadas se terá a outra parta que em que se terá de ser responsável pelos atos que se pratica, e que não vale tudo! Que, na Nazaré, as pessoas chegam e acham que vale tudo – vale estacionar em frente das garagens, em cima dos passeios, à frente de tudo e de todos. Que, no momento, e quando se fala de prevenção, se estará a falar de crianças que irão ser o cidadão do futuro, mas quando*

*se fala de adultos, só mudam de comportamentos quando lhes começa a pesar na carteira. Que, agora que têm a estrutura da Nazaré Qualifica em sede de contraordenações leves, está montada, não se pode de alguma forma, deixar de aplicar e que será neste momento que pode autuar. Que, quando se cria estacionamento pago, será também para criar rotatividade. Que, este verão em particular, se teve as Jornadas Mundiais da Juventude, onde se teve um acréscimo e circulação de trânsito e que dentro daquilo que foi a adversidade em pleno mês de agosto, houveram soluções. Que, relativamente aos arrumadores, não houve um dia em que não tivesse ligado para o Chefe Caroça para o alertar, regularmente sobre isso. Que, os arrumadores, são sem dívida algo que, está sob jurisdição das Juntas de Freguesia e que a Junta de Freguesia da Nazaré, não passa licenças para arrumadores e que está sempre a alertar nesse sentido. Que, quando existe um arrumador, ele vai ter que ser chamado à atenção porque estará a praticar um ato, que não deve fazer. Que, quando é alertado por parte da autoridade que não o deve fazer, quando a autoridade volta a passar e que está continuamente a fazer o mesmo, já passa a existir um crime de desobediência, sendo o que reforça, e que isso deverá ser devidamente aplicado. -----*

*- **Intervio, o Senhor Presidente da Câmara,** para dar uma nota adicional: que só agora a Nazaré Qualifica, pôde começar a autuar por força dos atrasos com a plataforma Scott, em que o sistema está preparado há muito tempo, mas que só há pouco tempo se conseguiu, em Portugal, avançar com estas questões, porque essa plataforma não foi disponibilizada, a tempo e horas, por parte do Governo. Que, outras medidas serão tomadas no futuro, porque existem situações que são absurdas, que acontecem em todo lado e aqui na Nazaré, também! Que, da parte da Nazaré Qualifica, existe uma preparação nesse sentido, para que no futuro, outras medidas, possam vir a ser tomadas. -----*

*- **Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues,** que começou por saudar a Confraria e Nossa Senhora da Nazaré, pelo facto de terem retirado as faixas, que não dignificam nem a Nazaré, nem o Sítio da Nazaré. -----*

- *Que, relativamente à situação das paragens, e em relação à do Mercado, a mesma deve iniciar-se no dia 18 de setembro, onde a paragem da Rodoviária, deixará de ser a paragem principal, mas sim a do Mercado, e a mesma coisa irá acontecer com a questão da Manuel Arriaga, com as paragens de autocarro que substituíam o Ascensor.*

- *Relativamente a Fanhais, foi feita uma introdução de paragens no mês de agosto, com maus resultados, porque se estará a falar de um transporte de 13 pessoas, durante 31 dias – 885 Kms percorridos, para transportar 13 pessoas. Que, têm de fazer escolhas, e estamos aqui para gerir o dinheiro público, o dinheiro de todos nós, e que não podemos esquecer, que Fanhais tem 5 carreiras por dia, e que mantem esse rácio. Que, não diz que seja suficiente, mas, pelos vistos, será! -----*

- ***Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão,** que sobre os eventos disse que, existem 2 eventos que foram realizados durante o verão e que não estão na informação – os espetáculos da Junta de Freguesia feitos na Praça e depois os espetáculos do Rancho Tá Mar da Nazaré, de folclore, que também não estão. Que, relativamente aos eventos da Junta de Freguesia, é importante saber, se a Câmara tem alguma palavra, ou pode fazer alguma coisa, quanto à implementação daquele palco, ali o verão todo. -----*

- *Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente Manuel Sequeira, para responder: começou por enviar um abraço a José Ramalhal, e disse que, foi abordado o conjunto de eventos que a Junta organizou na Praça Sousa Oliveira, sendo acordado que o palco seria construído por módulos e que estes iam crescendo ou diminuindo, à medida que os espetáculos assim o exigiam. Que, pensa que isso aconteceu, e que a intenção até era, na medida do possível, retirar o palco, mas a equipa de eventos não conseguiu dar resposta a essa situação, não havendo a retirada total do mesmo. -----*

- ***Interveio o Senhor Presidente da Câmara,** para dizer, que os eventos que vêm retratados na informação, têm algum apoio logístico, nomeadamente das coletividades, e que saiba, o Rancho Tá Mar, nada solicitou para aquela realização, não deixando de ser um evento relevante. **Interveio o Senhor Deputado António Absalão** para*

acrescentar que, ainda deveria ser mais relevante, porque o Rancho não precisou do Município, mas que este teve participação nos eventos da Junta de Freguesia e não vem mencionado, e que o critério terá de ser para os dois lados. -----

- Fez ainda referência, de que quando foi a abertura de novos concursos, dos apoios de praia, haviam duas concessões, aqui na Avenida que não iriam ser mexidas. Que, se espantou, porque durante o verão passou lá, e já não eram as que deveriam ser, mas “Bolas de Berlim” de alguém. Quis saber, se houve alguma cedência, se o Município sabe disso, uma vez que não são as mesmas pessoas? **Interveio o Senhor Presidente da Câmara**, para responder: que inicialmente, não era para se fazer essa concessão, mas o Senhor Vereador refletiu e lançou-se um concurso público para atribuição dessas concessões, para a época do verão. Que, é intenção do executivo, até final do ano, lançar o concurso, para aqueles dois lugares, numa lógica, eventualmente anual, ou até, pelos 2 últimos anos de mandato, que ainda faltam. Que, foi feito um concurso público e que alguém o ganhou. **O Senhor Deputado António Absalão**, perguntou, se o Senhor Presidente, não achava que, depois do que foi dito na Assembleia, que não iam abrir concurso, que a mesma deveria ter sido informada, de que iriam ser abertos novos concursos? **O Senhor Presidente**, respondeu que, quem tinha de ser informado e participar na aprovação, foi a Câmara Municipal. Que, realmente deveriam ter sido informados, mas o que é realmente fundamental, é que o concurso foi feito. **O Senhor Deputado António Absalão** solicitou o processo do concurso, por escrito. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

## **2. MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC) E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF) COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF) ANO LETIVO 2023/2024 (Apreciação e votação)**

- *Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, solicitando esclarecimentos ao Senhor Presidente e/ou executivo, sobre a Empresa – se alguma vez teve outros contratos com a mesma, o que leva, a que após dez anos de contratação direta a recorrer a esta Empresa, novamente, e o porquê? -----*

- *Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira, que relativamente ao ponto começou por ler uma parte de uma notícia, de 2020, do Município de Tondela, sendo a situação semelhante, e fala da mesma IPSS – “... Trabalhadores das AEC’s de Tondela, perdem os seus direitos laborais”. Os trabalhadores das AEC’s do Município de Tondela, estão em protesto à porta do Município devido à perda dos seus direitos, em causa está a passagem das AEC’s para a gestão privada. O motivo do protesto, é a passagem das AEC’s para a gestão privada de uma IPSS a “Tempos Brilhantes”, uma Instituição que trabalha com perto de 80 Municípios, 140 Agrupamentos Escolares e com 150 mil alunos, com redução do valor por hora – 10.61€ para 8.85€ e a perda da compensação de fim de contrato, já que os contratos são de 9 meses. Também estás em causa o fim do direito de descontar para ADSE e com a afirmação de que o próximo ano letivo, passarão para recibos verdes, sem a certeza da valorização da continuidade pedagógica, tempo de serviço e sem que garantam que a antiguidade e experiência seja ponderada para a manutenção dos atuais docentes. Para além disto, também está o fim do apoio para a deslocação para as escolas mais distantes da sede do Município, sendo que continua a não existir apoio para estes professores, que andam de carro próprio e de escolas, muitas a mais de 20KM. A estes fatores de precariedade juntam-se a ida para o desemprego durante 3 meses, no fim do ano letivo. A estes trabalhadores, foi-lhes garantido, que este seria, apenas um ano de transição, para assim o município poupar trinta mil euros, às custas da precarização dos trabalhadores, sendo que depois das eleições, o objetivo é a IPSS, passar a gerir sem obrigações de contrato com os trabalhadores”. Que, o BE sabe, Municípios em processo de saneamento financeiro têm restrições nas respostas em determinadas áreas da intervenção, e que esta justificação faz parte do documento que receberam. Que, também é comum, existirem Municípios que entregam as AEC’s, a Associações ou outras entidades, para descartarem essa*

responsabilidade; que não está a dizer que é o caso, mas a sua pergunta é: o saneamento financeiro, não aconteceu ontem, nem a semana passada, nem no mandato passado. Que, o BE quer perceber, de forma concreta, o que leva esta mudança, neste próximo ano letivo? Que, para além disso, querem saber, porque para o BE é importante, se o executivo assegura, que não há prejuízos para os alunos nem para os trabalhadores? Acrescentou, que o BE, não irá votar contra o ponto, mas que também não pode votar a favor, porque para o BE, esta resposta deveria continuar a ser dada pelo Município, embora saibam que tudo correu bem com os concursos que foram feitos, através do Município, mas que para o BE, é importante, que esta resposta seja pública e que esteja mais perto possível do escrutínio desta Assembleia Municipal. Que, não vão votar contra porque a escola precisa de uma resposta, as crianças precisam de uma resposta e só queriam entender o porquê agora e se existe essa garantia de que ninguém sai prejudicado. -----

- **Usou da palavra, o Senhor Deputado Samuel Fialho**, que leu uma declaração: “Que nada têm contra a necessidade desta prestação de serviços, e que mesmo depois das questões colocadas pelo Vereador da CDU na reunião de Câmara, não ficaram completamente cientes de que fosse impossível sendo a autarquia endividada de contratar tais trabalhadores para estas atividades, pois não nos foi apresentado nenhum documento comprovativo da tentativa feita pelo executivo para obtenção de tal informação ou autorização. Tal dúvida, surgiu, porque tomamos conhecimento em reunião anterior daquele órgão, que é possível, às Autarquias endividadas contratarem trabalhadores para os seus quadros, desde que se trate de colmatar o aumento de trabalho ocasionado pelas transferências de competências. No caso da Nazaré, foi exatamente para a área da Educação, que surgiu essa autorização. Não entendemos as razões que fazem a diferença entre aquele processo e aquela informação e autorização, que permitiu a contratação para aqueles trabalhadores, para este processo não ser possível. Sabendo-se que no âmbito da descentralização de competências na área da Educação, a Autarquia endividada pôde contratar, e segundo parece muito bem explicado na informação deste ponto, a Câmara Municipal estaria a fazer um trabalho

*bastante competente na referida área, porque razão vai celebrar um contrato de prestação de serviços no valor de mais de trezentos mil euros com uma IPSS, a Tempos Brilhantes, para o desenvolvimento e organização das Atividades de Enriquecimento Curricular? Mas retirando essa informação oficial, que não temos, sabemos que deste contrato, há lugar à distribuição do valor dos custos por dois exercícios, sabíamos que não bastava eles virem inscritos na informação enviada à Câmara, e autorizados pelo Senhor Presidente, sem se recomendar o envio do contrato à Assembleia Municipal para utilizar os necessários compromissos Plurianuais. Assim, sendo, se hoje temos aqui este procedimento para discussão e deliberação sobre os compromissos Plurianuais, deste contrato, isso deve-se à ação da CDU e da responsabilidade dos seus eleitos aqui na Câmara Municipal, mesmo que incompreensivelmente a intervenção do nosso vereador tenha sido incompreendida pelo Senhor Presidente da Câmara, que não lidou bem, aliás como já é conhecido e acontece quando não tem razão, pelo facto de termos chamado a atenção para um erro de uma sua deliberação, que se não o tivéssemos feito, naquele momento, não haveria contratados para as áreas de Enriquecimento Curricular, a tempo de iniciar o ano escolar, com essas valências, situação que se revelaria desastrosa para os alunos, e para as famílias. Essa foi a nossa principal preocupação, quando detetamos a legalidade promovida que era precisa sanear. Nada mais nos importava, se não repor a legalidade, daquele processo, e estamos aqui hoje a resolver essa falha. E, a situação era tão simples que julgaram ser de fácil entendimento e rápida solução, pela Câmara, como aliás foi após a situação ilegal e ter confirmada e assumida pelos serviços. Que todos erramos, nada a dizer quanto a isso, admitir e corrigir os erros, é sinal de humildade e isso é que é importante para reconhecer que podemos avançar. Ainda assim, porque na CDU, não gostamos que fiquem dúvidas e porque não deixamos que nos diminuam ou nos desvirtuem nas nossas intervenções, mesmo quando nos interrompem constantemente ou tentam dar interpretações contrárias ao que se escreveu, invocando-se como aconteceu, o ênfase colocado na leitura, quando de facto tudo não passou de uma chamada de atenção redobrada para o problema, que mesmo assim, pareciam não quererem entender e*

*assumir. Mesmo, por hipocrisia política e tentativa de confronto barato ou de uma “vitória de Pirro” “se podia ajuizar que o membro da CDU, eleito na Câmara, que estava a alertar para uma ilegalidade num procedimento, não soubesse o que estava a dizer e a fazer. Perante o que ali se ouviu, temos o direito de fazer a nossa análise, do acontecimento, que pode ser também diferente, ou seja, mesmo com as centenas de intervenções feitas pela CDU, com chamadas de atenção para situações irregulares, ainda não se habituaram a lidar com o facto de que a CDU ter eleitos, a escrutinar e a fiscalizar a vossa ação política, pelo menos, nos documentos que nos chegam, bem como a propor e a reivindicar constantemente que cumpram as promessas eleitorais. Só queremos que resolvam, de facto, os problemas das pessoas”.* -----

*- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que quis acrescentar que, em relação aos valores, pergunta se há aumento de valores em relação ao ano anterior, ou se os valores indicados dos 344.183€, são superiores ou inferiores aos gastos dos anos homólogos e se referente aos grupos, sendo falado num valor por aluno, em que máximos e mínimos de crianças e questionou se o valor referenciado, pode ser acertado em relação à globalidade ou se será o mínimo do valor?* -----

*- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões solicitadas: começou por fazer uma afirmação muito clara, que não é nem aceita a classificação de hipócrita e principalmente de pouco humilde; que durante a sua vida toda, tem feito a correção dos erros que deteta, e que o faz com humildade, que lhe é característica e que não aceita que seja posta em causa, ainda que, em situações de vidas, tenha um pouco, entendimento diferentes.* -----

*- Que, a afirmação feita, sem contexto, de centenas de situações irregulares, é extremamente gravosa, para aquilo que é o bom nome do Município, mas que fica, para quem o disse!* -----

*- Que é claro, que o município preferia administrar diretamente as AEC's, e que quando foi confrontado pelo Senhor Vice-Presidente e Vereador da Educação, que tal não poderia acontecer, solicitou à Dra. Helena Pola, foi que, questionasse a DGEST –*

*Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, sobre o assunto, e diria até, que a resposta ao mail enviado, foi rápida, mas uma resposta genérica, e que voltou a insistir, porque quer uma clarificação, se o Município pode ou não pode. Que, a segunda resposta vinda da DGEST foi clara e que a Dra. Helena Pola, depois falará sobre isto. Que, é verdade, que se deve à CDU, o ponto aqui estar, e que humildemente aceitaram, a explicação, sendo que, da nossa parte se partiu sempre do suposto que, os assuntos, estão tratados com a devida correção por parte dos serviços, e que na altura, da forma como a locução do vereador da CDU o fez, não entendeu nesse sentido, e que a partir do momento, que é feita a explicação e que a Dra. Helena Pola assume, que há um erro, e que havia compromissos plurianuais para assegurar, a questão foi resolvida e se corrigiu o ponto, enviando à Assembleia Municipal e que isso também, será uma demonstração de humildade. Que, foram auscultadas várias entidades, nomeadamente locais, e que o Vereador da cultura poderá dizer porque foi esta empresa – a Associação Tempos Brilhantes, e que sempre tiveram a orientação de controlar as AEC's. Que, prejuízo para os alunos, não vão existir, e que não pode assegurar que não haverá prejuízos para os trabalhadores, mas que pode assegurar que com as conversas tidas com a empresa, nos indicam, precisamente o contrário. -----*

*- Usou da palavra, o Senhor Vereador Manuel Sequeira, que, está de acordo com a preocupação do BE e até da própria CDU. Que, ao organizarem este processo, sentiram que tinham as coisas bem organizadas, e que para os trabalhadores teria sido, o melhor dos procedimentos. Que, é evidente que, por força dos impedimentos que a Dra. Helena Pola, explicará, acabaram por alterar aquilo que era a metodologia usada, para este método. Que, com pena, mas que relativamente aos trabalhadores, o que poderiam fazer, e fizeram, pediram à empresa, que usasse a bolsa de recrutamento que normalmente usam, dizendo quem são as pessoas com quem normalmente trabalham, e que dão a garantia que o processo terá algum êxito, porque felizmente tinha, porque excetuando um caso ou outro estavam bem servidos. Que, a empresa, ao que parece, vai dar, resposta a isso, e que será essa garantia que se poderá dar em termos de trabalhadores porque em termos de alunos, haverá sempre o compromisso*

do melhor. Que, ao nível da contratação, poderão ter sempre uma palavra, contra algum comportamento que a empresa possa vir a ter com algum trabalhador, não sendo a mesma coisa. Que, dava algum trabalho na organização do processo das AEC's, mas que sentiam que tinham um grupo coeso e que dava resposta àquilo que era as necessidades das AEC's. Que, será evidente, que a empresa terá de ter os lucros, e que os custos que teremos com este procedimento será bem maior do que aquele que teríamos. Acrescentou que, os promotores das AEC's, segundo o Decreto-Lei, são quatro, sendo o primeiro de todos as Autarquias Locais e que sempre perguntaram aos outros três promotores, se estariam disponíveis para avançar, sendo o segundo as Associações de Pais, por força desta obrigatoriedade e destas questões financeiras, naturalmente que se "descartam", sendo perfeitamente normal, as IPSS de uma forma geral, também, e finalmente o Agrupamento. Que, todos os outros, excetuando, quem já está no terreno, e que este será o exemplo de alguém que está no terreno, salientando que em 2014 tiveram uma má experiência com esta empresa, mas que passados 9 anos de atividade, lhes dará outra experiência e que irão acreditar, que será assim. Que, infelizmente não têm outra forma de agir, que não seja, esta, porque a decisão veio tarde, muito em cima do ano letivo, e que não tiveram outra forma de atuar. Querem crer, que no futuro, se poderá ponderar outras possibilidades, caso continue a vigorar esta impossibilidade. Que, garante, que se esta impossibilidade cessar, irão continuar a ter o procedimento, que têm tido. **Interveio, a Senhora Deputada Telma Ferreira,** para corrigir uma interpretação feita - que quando falou em prejuízos para os alunos, não está a falar de violência nem de maus tratos, nem a dizer que, esta empresa, maltrata, e só para ficar esclarecido, mas como foi referido, o problema da precariedade, que está afeta aos profissionais das AEC's, e tendo em conta que dentro do Quadro Municipal havia uma proteção diferente, o que poderá acontecer, é que hajam mais substituições e que muitas vezes pode haver mesmo, o retiro de muitos profissionais, tendo em conta a situação precária a que este serviço remete. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara,** para acrescentar, que quando a Câmara Municipal contratava, os funcionários já se encontravam há algum tempo ao

serviço da Câmara Municipal, com todos os direitos, nomeadamente a ADSE. Que, o quadro de pessoas das AEC's, está muito estabilizado e que a situação de prejuízo para os alunos, nem se colocava. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão**, disse que, pelo que essas empresas fazem, os trabalhadores vão sair altamente prejudicados – irão deixar de ter um contrato com o Município e vão passar a recibos verdes para essa empresa. Questionou, se o Município, em termos de contrato, se existe a possibilidade de fazer com que a empresa não contrate a recibos verdes, mas com um contrato de trabalho a termo, uma vez que isso, ajudará muito os trabalhadores, pelo menos em termos de impostos e também de outras regalias? -----

- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola**, começou por dizer que, as competências do Município da Nazaré, no âmbito do recrutamento e da promoção das AEC's, já vem muito de trás, e que o Município já assumiu essa competência, há muitos anos atrás, de forma legal. Que, quando saiu, o diploma, ou quando o Município entrou em situação de rutura financeira, que se ficou enquadrado, naquele artigo, do orçamento de Estado que proíbe o recrutamento, a não ser que se verifique uma série de exceções e que aqui não se aplicavam. Que, desde a Lei do orçamento do Estado de 2013 até à Lei do orçamento do Estado de 2022, a mesma Norma que proibia o recrutamento, mais à frente, permitia, na área da Educação, e portanto, o Município continua a abrir os concursos para promover contratos de trabalho a termo certo para o período do ano letivo, na área da educação das AEC's. Que, na Lei do orçamento de Estado para 2023, esse número da norma foi eliminado e que como jurista, e ao interpretar a Lei, sempre que o legislador elimina alguma expressão, é porque tem essa intenção e que lhe levantou a dúvida de perceber - então se nós desde 2013 se tem uma norma que nos proíbe, mas permite na área da educação e que este ano foi retirada, o que isso significará? Porque a autorização que se tem muito recente, vinda da Direção Geral das Autarquias Locais, para se poder recrutar na área da descentralização de competências, e sendo nessa área, no âmbito do diploma geral de 2018, concreto de 2019 e que a competência da Câmara na área das AEC's é muito anterior a isso – para

não haver nenhum tipo de erro, se efetivamente se pode ou não recrutar, se reuniu com o Gabinete da Educação e ficou combinado, que este faria um e-mail à DGEST, o Dr. Júlio Estrelinha, enquanto Coordenador desse gabinete, para colocar a questão de forma a que se ficasse devidamente esclarecidos e saber se podíamos continuar a ter esse tipo de procedimento. Que, a resposta veio, de uma forma muito vaga e que novamente na sua pessoa, dirigiu ao Senhor Delegado Regional um e-mail onde, foi muito clara na pergunta – se poderiam ou não recrutar e que a resposta foi ...” podem protocolar...” estando na situação do artigo 30 do orçamento do Estado. Que, perante essa resposta, teve que se procurar, uma empresa que, se pudesse contratar e que assegurasse o mínimo de garantias e que o processo iria decorrer o melhor possível. Que, nesta área das AEC’s também se poderiam fazer recibos verdes, mas que seria um retrocesso brutal, na vida de dezenas de trabalhadores, que já operam com o Município, já há muitos anos e que se percebeu, que não seria uma opção muito válida e que na opção do protocolo, foi exigência da Câmara, que foi imposta a condição de a empresa fazer contratos de trabalho e que inclusivamente os custos que se iriam ter, seriam mais elevados, porque contemplam o pagamento dos descontos que iriam fazer para a Segurança Social, ou seja, a empresa quando apresenta os custos, o faz por trabalhador, sendo que os custos que a empresa vai ter naquele contrato, serão repercutidos no Município e que esta é que irá pagar. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira**, para dizer que, ficou muito mais esclarecida e que a Dra. Helena Pola, tocou num ponto que lhe parece importante, porque realmente se foi uma exigência do executivo, que a empresa dignificasse essa imposição laboral, e que se isso faz parte da verba, será importante depois se perceber se a Associação realmente cumpre essa exigência. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão**, questionou se no contrato de prestação de serviços, não deveria estar uma alínea, onde referisse que a empresa seria obrigada a contratar e a não fazer avenças? **Respondeu a Dra. Helena Pola**, que deu razão ao Senhor Deputado António Absalão e acrescentou que seria uma salvaguarda



*importante, e a questão que está também associada ao erro na apreciação das matérias dos compromissos plurianuais é que, face ao período de distribuição dos assuntos em termos de agendamento e de distribuição aos senhores vereadores do executivo, o protocolo foi feito num dia, em que a sua preocupação central, foi conseguir encontrar verba financeira para o poder validar, e não foi fácil, tendo a alteração orçamental sido já aprovada em reunião de Câmara, e que as dificuldades e envolvência do assunto foi muita e que essa alínea não se encontra, mas que deveria estar inscrita. Que, se terá sempre o poder de fiscalizar e que se o Protocolo não for cumprido, surgirão obviamente as consequências desse facto e referiu que enviará toda a documentação em falta para os senhores deputados. -----*

*- Usou da palavra o Senhor Deputado Vasco Sousa, que disse que, a empresa contratada já tem um histórico que não será particularmente bom, e que se for feita uma pesquisa pelos Municípios do Oeste, que existem outros casos em que essa experiência não correu muito bem. Que, daquilo que tem visto, sendo a sua área, que existem Câmara que estão a tratar o assunto através de um concurso público e que gostaria de perceber, porque é que escolheram essa empresa, se a protocolaram diretamente ou se tentaram encontrar outras propostas de outras empresas, como se tem feito noutros Municípios? **Interveio a Dra. Helena Pola**, para acrescentar que, como referiu, que não tiveram nem teriam a oportunidade de abrir um concurso público para a escolha de um parceiro privado para este tipo de contratos e que teria de ser muito bem pensado, porque tinha de haver critérios que assegurassem efetivamente o pretendido e que não houve sequer tempo para preparar isso. Que, não participou diretamente porque não é a sua área, mas que sabe que o Gabinete da Educação reuniu com mais do que uma entidade, que trata deste tipo de assuntos, apresentando as necessidades propostas da Autarquia e que depois fez uma avaliação e uma escolha, sendo a contratação direta, mas havendo negociação com outras, tendo sido a que mais segurança deu. Que, sabem o histórico da empresa, embora que esse histórico é muito antigo e ter a esperança de que irá correr tudo muito bem e que se irá perceber isso ao longo do contrato. -----*

*- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que disse que, tendo em conta as informações que aqui surgiram, propôs que fosse adicionado, a alínea referenciada ao protocolo, uma alínea onde se garantisse e ficasse escrito, que a empresa cumpre com os direitos dos trabalhadores. **Interveio a Dra. Helena Pola**, que face à proposta do Senhor Vereador Samuel Fialho, disse que vê isso como perfeitamente possível, até porque como disse, foi um dos pressupostos da contratação da empresa e que obviamente esta jamais se oporá a conter uma alínea que no fundo vai repercutir a obrigação já assumida. Que, não sendo esta uma matéria em que a Assembleia não poderá alterar, não vê dificuldade em acrescentar uma alínea e assim se fica mais salvaguardado – que na cláusula que tem as obrigações, é o recrutamento dos técnicos das AEC's, será formalizado através de contratos de trabalho e que não vê problema nenhum nisso. -----*

*- Proposta pela CDU, na pessoa do Senhor Deputado Samuel Fialho da introdução de 1 cláusula – acrescentar à cláusula 7, a alínea h, para votação. -----*

*Aprovada por unanimidade. -----*

**Declaração de voto da CDU:**

*“MINUTA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC) E ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF) COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF) ANO LECTIVO 2023/2024*

*Sobre este ponto, importa referir alguns aspetos: 1. A forma como este processo foi gerido pelo executivo da Câmara demonstra, em primeira análise, a falta de preparação com que se abordou mais um início do ano letivo com sérios prejuízos para a nossa comunidade educativa. 2. Foi graças a mais um contributo do grupo de trabalho da CDU que se conseguiu limitar, ainda assim, efeitos mais preocupantes para os alunos e para as famílias do nosso concelho; em sede de reunião de câmara, o nosso vereador António Caria detetou um despacho assinado pelo Presidente da Câmara,*

ferido de legalidade, e, dessa forma, foi-nos possível hoje, por nossa sugestão, estar aqui a votar este ponto, não só dando provimento legal ao mesmo, mas também acelerando um processo que, de outra forma, iria ter impactos ainda mais negativos para os alunos e famílias do nosso concelho; 3. Num momento em que se sobrecarregam as autarquias portuguesas com mais transferências de responsabilidades, particularmente no âmbito da educação — transferências essas aceites pela maioria Socialista, mas rejeitadas sempre pela CDU — aqui está mais uma prova de que temos razão quando nos opomos a elas. Sabendo a CDU de antemão que as competências das Atividades Extracurriculares não são uma responsabilidade recente assumida por esta autarquia, não podemos deixar de sublinhar a enorme desarticulação que existe neste processo. Ao mesmo tempo que o Estado Central sacode a água do capote e desresponsabiliza-se de uma competência que é só sua, passando a responsabilidade para as autarquias sem a fazer acompanhar dos devidos e necessários envelopes financeiros, limita estas mesmas autarquias na prossecução do seu projecto educativo. Se este facto, por si, já põe a nu uma profunda assimetria territorial, onde municípios com maior poder económico podem investir mais no sector educativo, enquanto que os municípios mais pobres terão de racionalizar esses investimentos, a situação ainda se torna mais grave para os municípios intervencionados pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM), em processo de saneamento financeiro. 4. Convém lembrar que todo este problema resulta de uma alteração da Lei do Orçamento de Estado de 2023, aprovado pela maioria Socialista no Parlamento e que castiga, ainda mais, os municípios intervencionados pelo FAM. A CDU pergunta-se qual terá sido, nesta matéria, o sentido de voto dos deputados da nação que, representando municípios em tais situações, são também membros do Partido Socialista. Tendo em conta o facto de que foi garantido à CDU que os trabalhadores não irão cair numa situação de trabalho precário e que mantêm os mesmos direitos e proteções comparativamente ao ano anterior; tendo em conta que nos foi assegurado de que estas garantias irão constar numa linha específica, de forma clara e explícita; e tendo em conta o carácter de urgência que este tema merece, a CDU vota favoravelmente este ponto, adicionando que irá manter uma

fiscalização apertada nesta matéria. Nazaré, 12 de setembro de 2023 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

### **3. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2023 – AO SETOR DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTO (Apreciação e votação)**

- *Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que colocou algumas questões de forma a clarificar o ponto: que é tradição da CDU aprovar as alterações ao Mapa de Pessoal, porque compete ao executivo saber qual é a necessidade do quadro de pessoal que tem, e que não irá ser diferente – que na justificação para alteração ao mapa de pessoal é referido como razão, o facto de existirem muitos trabalhadores que se irão aposentar. Quantos trabalhadores? Quantos irão sair do quadro? Se são muitos, porque só se abre uma vaga? Que tendo em conta que se preparam para sair muitos trabalhadores por motivo de aposentação, quando se prevê abrirem outras vagas para colmatar essas falhas? -----*

- *Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, que disse que, estão por sair muitos, não para já, e que nesta altura, não lhes pareceu haver necessidade de aberturas adicionais. -----*

*Aprovada por maioria com a abstenção do BE. -----*

### **4. INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ NA REDE WORLD SURF CITIES (Apreciação e votação)**

- *Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que nas últimas Assembleias e reuniões têm vindo várias geminações com entidades e cidades, devido à questão do Surf. Questionou, se a Nazaré é convidada, como o Senhor Presidente assim o expôs, a ir à Polónia, e falar da sua experiência, o que é que essa entidade e o valor da comissão avaliadora, custou quatro mil e quinhentos euros – o que é que seis mil e quinhentos euros vão beneficiar a Nazaré? O que é que a nossa adesão a essa entidade, trará de benfeitorias à Nazaré em relação ao Surf? Interveio o Senhor Presidente da Câmara,*



*para responder: que primeiramente o valor de 4.500€, são valores máximos. Que, aproveitaram o facto e o convite vem da cidade de Viana de Castelo, que é a cidade que nesta altura conduz, enquanto Presidente dessa entidade, e custos com a comissão avaliadora, diria que são quase nulos, porque esta é da entidade que preside à direção. Que o papel tem a Nazaré hoje em dia como enquanto Podspot de ondas gigantes terá um papel muito relevante e que todas as parcerias e partilhas de boas práticas que possam acontecer no âmbito destas entidades serão bem-vindas para a Nazaré e para qualquer entidade. **Interveio a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que gostaria é que fossem eles a pagar os mil euros da quota de adesão, para virem aprender com a Nazaré e não o contrário. **O Senhor Presidente da Câmara**, acrescentou, que naturalmente terá de respeitar a sua posição e a sua opinião, da mesma maneira que quando o executivo submete qualquer tipo de proposta, em qualquer área, tem um racional de potenciação do Concelho, seja ele a abertura de concurso para uma obra importante ou isto que está em causa. -----*

*- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho**, e disse que a CDU, não vê grandes mais-valias para se integrar neste projeto, pelas seguintes razões: como já foi referido aqui hoje, a excessiva promoção turística e alteração significativa do modelo turístico imposto por este executivo, ao longo desta década, será um dos grandes problemas de sustentabilidade que o nosso Município enfrenta. Que, o PS continua a agarrar-se a um modelo de turismo massificado, olhando de forma ingénua apenas para os seus efeitos positivos elevando-os quase até à categoria de Santo Graal, ignorando ou fingindo ignorar o custo altíssimo que tal modelo impõe à maioria dos nossos Municípios. Que, quanto a esta rede em particular, não veem verdadeiramente um benefício que compense os custos de adesão à mesma. Que, sabem que para o Senhor Presidente, estes 4.500€ para a vinda de uma Comissão Avaliadora à Nazaré, mais os 2.000€, relativos aos custos de adesão e à quota de adesão, devem de ser apenas uns tostões, e que relembram que será a totalidade deste valor, 6.500€, que permitia ao PS, alargar o número de bolsas de estudo aos nossos alunos do Ensino Superior, mantendo*

*o valor anterior. Que, ao contrário, o PS decidiu alargar, o número de bolsas e reduzir o valor – que são prioridades, e que essa prioridade, foi dita por não haver manifestamente dinheiro. Que, será uma questão de escolhas, e que, portanto, uma altura de crise como aquela que todos os Portugueses atravessam e em particular aqueles que vivem em Municípios intervencionados, como é o caso, o PS, prefere gastar estes 6.500€, numa rede de agentes de Surf, que para a CDU, não traz benefícios relevantes, para o nosso Concelho. -----*

*- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, começou por dizer que, neste assunto, nada se refere a turismo. Que, quando afirmam não haver dinheiro, não deixa de ser estranho, porque curiosamente irão gastar mais dinheiro com mais cinco bolsas e passar a mensagem de que não se está a investir nos apoios sociais, não será verdade! Que, se estará a meter mais apoios sociais, em mais gente. -----*

*Aprovada por maioria com os votos favoráveis do PS e do PSD, votos contra da CDU e Junta de Freguesia de Valado dos Frades e abstenção do BE. -----*

#### **5 – ELEIÇÃO DE 1 REPRESENTANTE DA AMN, NA COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ DA NAZARÉ**

*- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que quis ressaltar, que é muito importante, se eleger alguém porque se estará a falar de uma instituição que merece ser tratada com pinças e que deve funcionar com os membros de pleno direito e que havendo a impossibilidade, de um dos representantes da Assembleia Municipal, se terá de achar uma solução para eleger uma pessoa, que represente o Município, estando-se a falar de uma Instituição critica na Comunidade e que merece estar representada na sua totalidade e particularmente com os membros promovidos/destacados pela Assembleia Municipal. Interveio, o Senhor Presidente, em regime de substituição, Pedro Marques, para informar que infelizmente a Senhora Deputada Carolina, eleita nessa função, por motivos profissionais, deixará de ter essa disponibilidade, e que concordam que é importante eleger um novo elemento, sendo de elementar importância.*

*- Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade, que começou por esclarecer que, não é uma instituição, mas uma comissão, sem personalidade jurídica e que é composta, naquilo que consta da Lei de Proteção de Crianças e Jovens, e que a nomeação ali no Órgão, não tem de ser obrigatoriamente um Membro da Assembleia Municipal; que são 4 cidadãos que poderão ser por vós indicado para esse efeito, para fazer parte dessa CPCJ. Que, reitera comissão e não uma instituição, sendo uma representação prevista na Lei da CPCJ e que aqui, se irá decidir o cidadão que irá representar na Comissão Alargada da mesma. -----*

*- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, para dizer que, a Senhora Vereadora que tem responsabilidade nessa área, que alertasse na área da Ação Social, que é importante que os membros que aceitem este cargo, que cumpram com a responsabilidade de lá estar presentes. -----*

*- Usou da palavra o Senhor Deputado José Sales, que começou por dizer que já foi membro desta Comissão Alargada, e ainda bem que a CDU trouxe este ponto aqui, para ser discutido e resolvido; que infelizmente a estrutura das comissões alargadas, porque o assunto é demasiadamente importante para ser resolvido, com questões semânticas, como ouvi há pouco! Que a questão passa, por uma situação – todas as reuniões da Comissão Alargada, são feitas as marcações de reuniões para horário laboral e presencial. Que, as entidades empregadoras, não justificam a falta, que a Lei permite estar para que o trabalhador possa participar, o que lhe aconteceu várias vezes. Que propõe uma nova nomeação, e que se retira desse papel, por não ser compatível com o seu trabalho. -----*

*- Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade, que começou por dizer que, a Lei de Proteção e Jovens, tem algumas imposições fazendo a distinção entre a Comissão Alargada e a Restrita. Que, a Comissão Restrita é representada por cinco entidades obrigatórias – Segurança Social, Saúde, Municípios, as IPSS e a Educação. Que, na Comissão Alargada, é composta por quatro cidadãos para esse efeito, terão de ser cidadãos eleitores e não têm de ser obrigatoriamente membros da Assembleia Municipal. Que é um facto e o que foi elencado pelo Senhor Deputado José Sales, será*

*pertinente, porque é algo que se tem debatido, porque não faz sentido ser levado a cabo um trabalho em que existem pessoas que ficam afetadas àquilo, e que depois têm de priorizar o que é o tema da criança, mas que não existe uma efetiva obrigação, em que acabam por ter prejuízo financeiro, para estar ali a prestar essa “obrigação” que está prevista na Lei e que em sede de restrita acontece exatamente o mesmo. Que, se tem de criar a prioridade de se estar presente, em sede de Comissão restrita em detrimento daquilo que é a nossa retribuição ou a nossa entidade patronal e daí se ter muita dificuldade em se ter o representante da IPSS. Que, em sede de alargada, esta serve para fazer aquilo que é a prevenção e o planeamento de prevenção, enquanto a restrita, é efetivamente a intervenção com as famílias. Que, cabe à Assembleia Municipal nomear um cidadão, bem sabendo que este alerta feito, será pertinente – quando são feitas as reuniões, em que a Lei obriga a que sejam quinzenais, da comissão alargada, partindo do cidadão, que ficará obrigado a ir às mesmas. Que, esta situação, não terá nada a ver com o Município, que é uma instituição com personalidade jurídica, que apenas tem um representante obrigatório, que gere processos que estão na alargada e que é obrigado a gerir processos em sede de restrita. Que, quando se fala na Ação Social, se terá uma intervenção de primeira linha, ou seja, tudo o que seja necessário de intervenção de primeira linha, a Câmara faz, como fazem as IPSS, as forças de segurança, GNR, PSP, todos de primeira linha, e que quando chega à fase do processo da restrita, com as famílias, se terá um representante que será completamente autónoma, que ficará obrigado pessoalmente a cumprir três anos na Comissão. -----*

*- Usou da palavra, a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que começou por relembrar a Assembleia que a proposta inicial dos membros da Assembleia, a serem nomeados para a Comissão alargada, foi feita em conjunto com todos os partidos, proporcionalmente ao número de deputados. Que, tendo sido esse o espírito da proposta, onde o PS nomeou a Senhora Deputada Carolina, entendem que deve vir da bancada do PS a nomeação do nome para ocupar esse cargo. -----*

*- Usou da palavra o Senhor Deputado José Sales, que começou por dizer, que percebendo o que a líder da bancada do PSD disse, mas evocando o que disse*

Fl. 255  


anteriormente, não irá sujeitar absolutamente ninguém da bancada, mas se houver alguém da bancada do PS que o queira fazer, estarão à vontade, mas que ele não irá nomear ninguém, porque sabe exatamente que é muito difícil a gestão de tudo isso, e que acha que, enquanto não houver uma alteração legislativa e que olhe para o interesse soberano das crianças, se estará a perder tempo – no momento é o que sucede, porque as pessoas para estarem na Comissão alargada, têm que se prejudicar, pessoalmente, e que não poderá nomear ninguém, nem pedir a ninguém que tenha esse desígnio, passando o assunto da nomeação para todas as outras bancadas. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho**, que começou por dizer, que estas Comissões têm problemas em que inclusivamente a própria Comissão, pelo que é dado a entender, a nossa Comissão da Nazaré tem reportado uma série de problemas, que são comuns a todas as outras. Que, este problema está mais do que identificado a nível Central, mas a verdade é que, se é confrontado com uma situação que existe, e que pede que o Senhor José Sales clarifique relativamente a esta situação qual é a posição do PS, em não apresentar nenhuma proposta/solução. Que, isso será significativo, da forma como as pessoas olham para aquilo que é o compromisso público; que naturalmente todas essas atividades que se tem, nomeadamente os deputados, em diversos fóruns, plataformas, papéis, trazem muitos prejuízos familiares, mas que aí também se distingue quem se encontra aqui pela coisa pública e quem não está, e que no entendimento da CDU, será necessário e fundamental, que essa Comissão tenha os Órgãos a funcionar em pleno, e que seria uma vergonha, que esta Assembleia Municipal, não fosse capaz de designar um outro membro para substituir aquele que foi indicado pelo Partido Socialista. Que, acha que será uma humilhação o que se passa no Órgão e que não deveria passar em branco. -----

- Que, perceberam de imediato que não era intenção do PS trazer o tema, porque receberam o e-mail em junho/julho e que se está em setembro e que são eles que propuseram a introdução do ponto e que se comprova que para o PS, o assunto não será muito relevante. Que, apela, novamente, a que se ache um consenso e se indique alguém, o mais rapidamente possível, sendo um assunto de extrema importância. Que,

*a Assembleia prescindir de indicar um membro que represente na Comissão, é a se estar a desresponsabilizar daquilo que são as “nossas crianças” que estão em dificuldades extremas e de uma camada muito frágil. -----*

***Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa, em regime de substituição, Pedro Marques, para dizer que o e-mail foi enviado pela Senhora Deputada Carolina, foi recebido pelo Senhor Presidente José Ramalhal, e a indicação que se tem foi que a pessoa nomeada para exercer essas funções à data não exercia uma função laboral e que ao passar a exercer deixou de ter disponibilidade para o fazer e terá de haver uma substituição para uma nomeação de uma nova pessoa. -----***

***- Usou da palavra o Senhor Deputado José Sales, começando por dizer, que uma coisa que distingue a CDU, será a demagogia como falam dos assuntos, e que gostaria de tratar do tema de uma forma clara. Que, a demagogia utilizada pelo Senhor membro da Assembleia Municipal usou e usa durante toda a Assembleia, é de tal forma “baixinha” que se sente obrigado a dizer algumas coisas: Primeiro, que ninguém o pode acusar a ele e à bancada do PS, de não olhar todos os problemas, que aparecem e tentar resolver. Que, tal como o Senhor Deputado Samuel disse, a Assembleia Municipal terá de resolver, então, que apresente a sua candidatura, alguém do seu grupo, e o assunto fica resolvido. Que, isso é fazer parte da solução, e que ele faz parte da solução sendo que a maior parte das vezes, a CDU, faz parte dos problemas. -----***

*Sendo meia noite, o Senhor Presidente, em regime de substituição, colocou à consideração da Assembleia Municipal, a continuação dos trabalhos, sendo aprovada por unanimidade a sua continuidade. -----*

***- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, disse que, a CDU, já fez a sua proposta e que em termos proporcionais pensam que já fizeram a sua parte, mas não excluiu de procurar outras soluções. Que ao contrário do que o PS disse aqui, que nós não iríamos apresentar solução nenhuma! Que, não sabe se irá ser decidido hoje, porque o PS não trouxe propostas, nem o PSD, o BE não sabe, e sendo um assunto***

*muito sensível, e que merece representação da Assembleia, apela que tenha o nosso contributo. -----*

*- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio para acrescentar, que na verdade o PSD já lá tem o seu elemento, que ela própria não só por funções políticas, mas também está na CPCJ e que não havendo agora nenhum elemento proposto, e que já foi explicado à Assembleia que não precisa de ser nenhum deputado e que venha da parte do PS essa indicação. -----*

*- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para dizer que, lamenta o que se está a passar na Assembleia, e que se estará a falar de um ponto, que será de uma extrema relevância e que tem de dizer, que a CDU está a fazer a coisa de forma errada! Que, se é relevante, deve apresentar ou repetir a proposta que repetiu em devido tempo, porque poucos se lembrarão dela e que até agora não a viu, e acima de tudo lamentar que se esteja a ir por outro caminho. Que, o que se comprovou aqui, foi que a CDU não está a ser parte da solução, mas a criar problemas, “atacando quem não deve atacar”, sendo um assunto para resolver. -----*

*- Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues, que depois daquilo que ouviu, e que o Presidente já tendo contextualizado o que seria a sua posição em relação a esta matéria, disse que, se está a falar de coisas muito sérias, recorda situações que aconteceram por todo o País com as CPCJ's, umas a trabalhar melhor, outras piores, e acrescentou que o assunto foi trazido e bem pela CDU, uma vez que houve um pedido de declínio por parte de um dos membros eleito pela Assembleia, uma lista conjunta, determinada por vários partidos em que o PS tinha dois nomeados, por ser a força mais votada, sendo que se encontra disponível para assumir o cargo – como cidadão, e não como eleito. -----*

*- Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade, para acrescentar que o período máximo de representação na Comissão, são nove anos, portanto há limitações de mandato, daí que as sugestões que pudessem eventualmente partir de alguns cidadãos que já estiveram anteriormente estarão limitados a representar ou estar como*

elementos na Comissão alargada, sendo esta que faz a prevenção na restrita e que aqui o Município é obrigado a ter um representante, e que tem. -----

*- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, para acrescentar que desde o início que foram eles que introduziram o ponto e que querem resolver isto, portanto um grande bem aja ao Vereador Orlando por ter avançado neste cargo, sendo um cargo de muita responsabilidade e que na condição de cidadão decidiu avançar, e quando assim é, que se está esta Assembleia a apresentar uma proposta, não vai deixar um lugar em vazio, por isso muito obrigada pela sua proposta. -----*

**Foi proposto pelo cidadão Orlando Rodrigues, a sua integração como representante. A votação para esta proposta teve 19 SIM; 2 NÃO e 3 ABSTENÇÕES, totalizando os 24 eleitos. -----**

*Aprovada por unanimidade. -----*

**6 - PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR DA NAZARÉ – (Apreciação e votação)**

*- Usou da palavra o Senhor Vereador Manuel Sequeira, para prestar um esclarecimento: que no fundo se estará a falar de uma ideia que presidiu à atribuição de bolsas, terá a ver com o pagamento das propinas que na altura andava à volta dos novecentos e pouco euros e que decidiram atribuir mil euros de bolsa. Que, da conjuntura atual e da pesquisa que fizeram, a propina mais alta anda à volta dos seiscentos e noventa e sete euros e que então decidiram atribuir um valor de setecentos euros e em vez de dez bolsas, alargar para quinze, porque era normalmente o número de candidatos que se apresentavam àquele concurso – no primeiro ano 19/20 concorreram dez candidatos em 20/21 vinte e quatro candidatos e em 21/22 vinte e oito candidatos e em 22/23 31 candidatos, sendo que destes números nem todos estão legais, ou seja não reúnem os requisitos necessários. Que, dentro da esfera da legalidade, andariam à volta dos 15/14 candidatos, e daí terem apontado para 15 bolsas a 700€ que será o valor que a propina neste momento custa, e que se fizerem as contas, não*

houve uma diminuição, mas um aumento daquilo que será o valor que a Câmara gasta – 15 bolsas a 700€ em vez de dez a mil euros. -----

- *Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que ouviu em anteriores reuniões, que ainda não se encontrava pago o valor referente ao ano passado e que gostaria de saber se nesta altura o mesmo está regularizado? Intveio o Senhor Vereador Manuel Sequeira para responder - que ao dia de hoje, pode garantir que já está regularizado o pagamento, sendo já assinado o pagamento aos bolseiros. -----*

*Aprovada por unanimidade. -----*

**APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR.**

*Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----*

*Por nada mais haver a tratar, sendo zero horas e vinte e trinta minutos, o Senhor Presidente da Mesa deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente Minuta de Ata, assinada pelo substituto do Senhor Presidente da Assembleia, Pedro Miguel Pinto Marques e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi. -----*

*Pedro Marques*

*Ana Paula de Sousa Veloso*

